

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

HÉLIO LÚCIO DANTAS DA SILVA

A QUESTÃO DA USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

RECIFE – PE

2023

HÉLIO LÚCIO DANTAS DA SILVA

A QUESTÃO DA USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

Relatório técnico para apresentação do Trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena**

S586q Silva, Hélio Lúcio Dantas da.
A questão da usina nuclear em Itacuruba / Hélio Lúcio Dantas da Silva, 2023.
36 f. : il.

Orientador: Paulo Henrique Fontes Cadena.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2023.

1. Itacuruba - História. 2. Usinas nucleares - Itacuruba.
2. Política e governo - Itacuruba. 3. Educação ambiental.
4. Minorias. 5. Igreja Católica. I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

FOLHA DE APROVAÇÃO

HÉLIO LÚCIO DANTAS DA SILVA

A QUESTÃO DA USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

**Relatório e produto apresentados ao Programa de Pós-Graduação em História –
Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre em História.**

DATA DE APROVAÇÃO – 03/05/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Henrique Torres Cadena (Orientador e Presidente da Banca)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre (Titular Externo)

Universidade Federal do Cariri - UFCA



Prof. Dr. Walter Valdevino Amaral (Titular Interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RECIFE
2023

Um índio

Caetano Veloso

Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante
De uma estrela que virá numa velocidade estonteante
E pousará no coração do hemisfério sul
Na América, num claro instante
Depois de exterminada a última nação indígena
E o espírito dos pássaros das fontes de água límpida
Mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias

Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico
Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto-sim resplandecente descerá o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará
Não sei dizer assim de um modo explícito

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Paulo Cadena pela atenção e pela presteza dispensadas na orientação que para além do esquadramento do trabalho serviram de incentivo para trilhar novos desafios acadêmicos.

Agradeço aos Professores Doutores Juciello Alexandre e Walter Amaral por aceitarem fazer parte da Banca e pelas relevantes sugestões para o aprimoramento do trabalho.

Agradeço às Professoras e Professores do Mestrado em História; ao Professor Dr. Helder pela competente coordenação do curso; às Professoras Doutoradas Lídia Rafaela e Maria do Rosário, aos Professores Doutores Flávio Cabral, Paulo Cadena, Tiago César e Walter Amaral, pelas inesquecíveis aulas que, ainda que ministradas remotamente, não perderam a qualidade e constituem prova inequívoca da determinação do corpo docente de repassar aos alunos uma visão plural da História apta a ser utilizada em seus produtos de conclusão do Mestrado Profissional.

Agradeço ao quadro administrativo da UNICAP na pessoa de Cleyton Rômulo, com sua prontidão para ajudar os alunos.

Agradeço ao meu saudoso pai, Hélio Olegário, que sempre incentivou os estudos do seu primogênito. Agradeço à minha mãe, Lúcia Dantas, cuja dedicação aos filhos foi retribuída com as carreiras por eles trilhadas.

Agradeço à minha esposa Luciana pelo apoio e pela compreensão que mesmo na maturidade se pode continuar a buscar ampliar os horizontes na academia.

Agradeço aos meus filhos Helinho, Heloísa, Hellen e Henrique por serem permanente fonte de inspiração para a jornada da vida. Agradeço, especialmente a Hellen e a Heloísa pela ajuda indispensável na correção e atualização tecnológica desse trabalho.

RESUMO

O relatório ora apresentado exsurge a partir de um contexto em que o mundo conviveu com o flagelo do Covid-19 e o município pernambucano de Itacuruba e região com a iminente ameaça de instalação de uma usina nuclear. Ao abordar a questão da usina nuclear em Itacuruba nós cotejamos a decisão política conjugada com uma ampla atuação judicial capitaneada pelo Governo Federal e pela Procuradoria Geral da República com a mobilização plural de oposição. A pesquisa foi preponderantemente documental e bibliográfica. O objetivo geral do trabalho foi demonstrar que a população de Itacuruba ao se juntar com outros atores sociais na mobilização contra a usina nuclear demonstrou uma grande consciência ambiental e dos direitos dos indígenas e quilombolas. Três focos de estudo: 1- a decisão política e as ações dirigidas para a concretização do projeto nuclear no Município de Itacuruba; 2- a mobilização múltipla contra o intento nuclear e a singular participação da Igreja Católica e; 3- a forma com que a população de Itacuruba relaciona o projeto nuclear com acontecimentos do passado como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Concluimos que uma postura antidemocrática tende a desrespeitar ou desprezar o meio ambiente e as minorias étnico-raciais. O produto é um livro digital (e-book) com caráter marcadamente informativo sem descuidar da pretensão didática de uma reflexão histórica impregnada de educação ambiental.

Palavras-chave: Usina nuclear; Política; Igreja Católica; Minorias étnico-raciais.

ABSTRACT

The report presented here emerges from a context in which the world has lived with the scourge of Covid-19 and the Pernambuco municipality of Itacuruba and region with the imminent threat of installing a nuclear power plant. When addressing the issue of the nuclear power plant in Itacuruba, we compare the political decision combined with a broad judicial action led by the Federal Government and the Attorney General's Office with the plural mobilization of opposition. The research was predominantly documental and bibliographical. The general objective of the work was to demonstrate that the population of Itacuruba, when joining with other social actors in the mobilization against the nuclear power plant, demonstrated a great environmental awareness and the rights of indigenous people and quilombolas. Three focuses of study: 1- the political decision and the actions directed towards the realization of the nuclear project in the Municipality of Itacuruba; 2- the multiple mobilization against the nuclear intent and the unique participation of the Catholic Church and ; 3- the way in which the population of Itacuruba relates the nuclear project to past events such as the construction of the Itaparica Hydroelectric Power Plant. We conclude that an anti-democratic posture tends to disrespect or despise the environment and ethnic-racial minorities. The product is a digital book (E-book) with a markedly informative character without neglecting the didactic pretension of a historical reflection impregnated with environmental education.

Keywords: Nuclear power plant; Policy; Catholic church; Ethnic-racial minorities.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	12
2.1. A HISTÓRIA DOS CONCEITOS	12
2.1.1. Reflexões sobre a teoria	12
2.1.2. Espaço de experiência e horizonte de expectativas.....	17
2.2. Itacuruba e suas especificidades	20
2.3. O projeto nuclear em Itacuruba	21
2.4. O embate envolvendo a instalação de usina nuclear em Itacuruba.....	22
2.4.1. O retrocesso do regime democrático brasileiro.....	22
2.4.2. A disputa jurídica	24
2.4.3. A disputa sociopolítica	25
2.5. As categorias meta-históricas e os conceitos aplicados à população do município de Itacuruba	26
2.5.1.O espaço de experiência.....	27
2.5.2. O horizonte de expectativa.....	28
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	29
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	29
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES.....	32
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

O mito de Prometeu (HESÍODO, 2012, p. 65-72) traz a narrativa sobre a vida de dois titãs, Prometeu e Epimeteu que juraram lealdade a Zeus e aos deuses olímpicos e com eles lutaram na guerra entre os titãs. Zeus compensou os irmãos por sua lealdade e permitiu que eles criassem as primeiras criaturas para habitar a terra. Epimeteu criou os animais e deu-lhes uma habilidade especial para se proteger. Prometeu moldou o homem a partir do barro e da água, como demorou mais tempo que o irmão não havia mais proteção para dar ao homem. Prometeu pediu a Zeus para permitir que o homem utilizasse o fogo, Zeus negou. Prometeu, então, roubou o fogo dos deuses e entregou aos homens.

Zeus puniu Prometeu fazendo com que ele fosse amarrado em uma montanha para todos os dias ter seu fígado comido para durante a noite ser reconstituído num flagelo incessante. A punição aos homens não tardaria. Zeus criou a primeira mulher Pandora, dotada da beleza de Afrodite e de outros dons que encantaram Epimeteu que com ela se casou. Como presente de casamento Zeus deu uma caixa com a advertência de que ela não deveria ser aberta. Pandora, não resiste à tentação e abre a caixa deixando sair para a toda a sorte de males, doenças, guerras, dor, fome, ódio, inveja e morte. Na caixa ficou apenas a esperança.

Esse prelúdio mítico nos serviu para fazer três constatações inelutáveis: o ser humano está imerso no tempo, vive na Terra e se encaminha para a morte. A vida do homem no seu *habitat* é o objeto da ecologia que advém da junção das palavras gregas: *oikos*, que quer dizer “casa” e *logos*, que significa estudo. Leonardo Boff apresenta a definição de Haeckel para ecologia: “é o estudo da interdependência e da interação entre os organismos vivos (animais e plantas) e o seu meio ambiente (seres inorgânicos)” (1993, p. 17).

De mero integrante da biosfera terrestre o homem passou à condição de protagonista ou de importante ator. É nesse contexto que a ação do homem sobre a natureza, mormente no contexto de utilização industrial de combustíveis fósseis, tem ocasionado grandes mudanças: subida do nível dos mares, aquecimento climático e emissão cada vez maior de gás carbônico na atmosfera. As alterações são tão significativas que Steffen e Crutzen (2007, p. 614-621) chegam a falar na existência de uma nova era geológica por eles denominada de Antropoceno. Conquanto remanesça controvérsia se a desmesurada ação humana sobre a natureza gerou uma nova era geológica, o aquecimento global é uma realidade que se nos antolha incontestável, basta vislumbrarmos o quadro traçado em editorial do jornal Folha de São

Paulo do dia 17.07.21 sob o título “Clima de urgência” que aponta: “Altas de temperatura batendo recordes no oeste dos EUA e do Canadá. Pior seca no Brasil em 91 anos. Chuvas torrenciais na Europa deixam centenas de vítimas”.

Num mundo que foi assolado pelo Covid-19 e que vivencia um processo de aquecimento global, a opção pela produção de energia nuclear precisa ser debatida.

Nesse diapasão, empreendemos o estudo da Questão da Usina Nuclear em Itacuruba que passará pelo exame dos atores sociais que se contrapõem à instalação da usina. A atuação da Igreja Católica Apostólica Romana na coordenação da mobilização é ressaltada, mas o principal enfoque é na postura da população de Itacuruba e região, incluindo os povos tradicionais. A pseudo-oposição entre economia e ecologia é ponto central do trabalho.

O objetivo geral do trabalho é demonstrar que a população de Itacuruba ao se juntar com outros atores sociais na mobilização contra a usina nuclear demonstra uma grande consciência ambiental e dos direitos dos indígenas e quilombolas. Para tanto, buscamos: 1-º Examinar a decisão política e as ações dirigidas para a concretização do projeto nuclear no Município de Itacuruba; 2º - Estudar a mobilização múltipla contra o intento nuclear e a singular participação da Igreja Católica e; 3º - Tentar vislumbrar a forma com que a população de Itacuruba relaciona o projeto nuclear com acontecimentos do passado como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

O problema da pesquisa é se há uma correlação entre condução antidemocrática de governo e ofensa/desrespeito ao meio ambiente e aos povos tradicionais. A nossa hipótese construída com base na condução do Governo Bolsonaro é que, de ordinário, a postura antidemocrática está associada ao pouco caso com o meio ambiente e com as minorias étnico-sociais.

A admiração pela figura de Dom Hélder Câmara que remonta ao tempo da graduação em Direito na década de 80, levou-nos a buscar estudar no mestrado profissional em História a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife nos tempos atuais.

Tendo iniciado as pesquisas focando no estudo na refundação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife chamou a nossa atenção especial a atuação contra a instalação de usina nuclear no Município de Itacuruba. Logo percebemos que teríamos que

nos concentrar nessa questão, vez que enseja diversas abordagens, quer do ponto de vista da preservação ambiental, quer sob o prisma do ataque aos povos indígenas e quilombolas.

O envolvimento com a matéria ganhou ainda mais força quando o Procurador-Geral da República e o PTB ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) impugnando a validade do art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco e na condição de Procurador da Assembleia Legislativa ficamos incumbidos de fazer a defesa perante o Supremo Tribunal Federal.

As principais fontes teórico-metodológicas são os livros “Futuro Passado” de Reinhart Koselleck (2016) e o volume três da obra “Tempo e Narrativa “ de Paul Ricoeur(2016) com ênfase nas categorias meta-históricas: espaço de experiência e horizonte de expectativas.

Examinamos artigos e diversas publicações que abordam o tema da instalação da usina nuclear em Itacuruba. Vânia Fialho e Whodson Silva (2020) traçam um painel da população de Itacuruba num momento mais recente.

A tese de doutorado de Maria do Socorro Vieira Fonseca Figueiredo (2011) descortina o pensamento da população de Itacuruba no período que se seguiu à inundação da antiga Itacuruba e a mudança para a nova Itacuruba, portanto, imediatamente anterior às conjecturas sob a instalação de usina nuclear no município.

A partir da identificação das consequências na população da migração forçada pudemos enxergar os temores que um novo projeto acarreta. Nesse contexto, salientamos os conceitos que exprimem os dois momentos: exílio e traição na experiência e; medo e luta na expectativa. Figueiredo (2011) assevera que saída compulsória da Antiga Itacuruba representou um “exílio”; e a amizade conquistada pela equipe de assistentes sociais que preparou a população para uma vida melhor após a inundação pela Hidrelétrica de Itaparica e que não se concretizou podem ser traduzidas pela palavra “traição”. O Padre Luciano Aguiar, pároco da região, em resposta às nossas indagações asseverou que medo e luta são as palavras que melhor retratam a postura da população de Itacuruba diante da ameaça de instalação de Usina Nuclear em Itacuruba.

O trabalho está circunscrito na História do tempo presente e tem como principal contribuição a delimitação dos sentimentos que afloram na população de Itacuruba diante da iminente ameaça da instalação de usina nuclear em seu território. História do tempo presente

que é marcada por sua singularidade temporal, passado próximo ou imediato com testemunhas vivas do período estudado. História do tempo presente também criticada pelo seu engajamento com demandas sociais que podem comprometer o projeto de objetividade e de verdade comum a todos os historiadores (DELACROIX, 2018, p. 39-79).

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1. A HISTÓRIA DOS CONCEITOS

2.1.1. Reflexões sobre a teoria

Não podemos deixar de registrar que a nossa abordagem teórica pressupõe a viragem linguística que muda o prisma da filosofia da consciência e da anterior filosofia ontológica nas quais se pressupunha uma relação sujeito/objeto para focar a relação sujeito/sujeito realizada por meio da linguagem (CASTANHEIRA NEVES, 1993, p. 89).

As considerações que faremos são extraídas, preponderantemente, de textos de Reinhart Koselleck, principal arauto da história dos conceitos, por isso as denominamos reflexões, num misto da acepção filosófica e da usual/coloquial.

Conceitos são encontrados na própria história (fontes examinadas pelo historiador) e na História (historiografia) que o historiador constrói à medida que elabora suas reflexões sobre a “história vivida” que lhe chega através de vestígios do passado. Destarte, o historiador se defronta com dois planos de conceitos através dos quais desenvolve sua prática historiográfica: o plano das reflexões historiográficas, e o plano histórico que é objeto do exame.

Inicialmente, cumpre-nos trazer à baila a dicção do aludido autor sobre a história dos conceitos: Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios.

No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada. (KOSELLECK, 2016, p. 305).

Começando pela semântica constitucional, o estudo dos conceitos avança para temas relevantes do sistema social no qual os diversos subsistemas interagem e se imbricam. Com esteio em palestra proferida por Koselleck, (1996, p. 134-146) os parágrafos seguintes versarão sobre os seis pontos com os quais resumiu a história dos conceitos.

O **primeiro ponto** ressalta que, conquanto os conceitos sejam formulados a partir de palavras, nem todas as palavras são aptas a se tornarem conceitos. Interjeições, conjunções e preposições, não ensejam *a priori* uma história de conceitos. Por meio de pesquisa empírica que culminou com a produção do **Dicionário de conceitos**, Koselleck selecionou palavras cujos sentidos interessavam ao projeto por demandarem certo nível de teorização, afastando-se as que os sentidos atribuídos não se apresentavam relevantes.

Os vocábulos Estado (*Staat*), Sociedade (*Gesellschaft*) e História (*Geschichte*) remetem automaticamente a associações que apontam para um mínimo de sentido comum (*minimal Bedeungsgehalt*) e, simultaneamente, a uma aceitação prévia de que são vocábulos importantes. Não há como estabelecer os limites entre uma palavra teorizável, idônea a se tornar conceito e outra não teorizável, trata-se de um exame casuístico que realizado de forma acurada pode indicar que determinada palavra em um determinado momento histórico tornou-se suscetível de teorização e quanto tempo levou para atingir esse patamar.

A palavra portuguesa federação que corresponde à alemã *Bund* pode ilustrar a aplicação da história dos conceitos. A forma federativa surge nos Estados Unidos em 1787, mas não de maneira abrupta. A independência das treze colônias inglesas redundou na formação de treze Estados soberanos que para protegerem-se das ameaças inglesas formaram uma confederação, vínculo que autorizava a retirada ou secessão. A fragilidade do vínculo firmado comprometia a segurança dos estados face ao perigo oriundo da Inglaterra. Nesse contexto, os Estados resolveram abdicar da soberania e do direito de secessão e formar os Estados Unidos da América sob a forma de federação. A federação norte-americana surgiu a partir de uma confederação. No Brasil a federação surge com a República e em sentido inverso, o poder central passa a conviver com estados com certa autonomia. Para elucidar o conceito, vejamos o magistério de Raul Machado Horta:

Se a concepção do constituinte inclinar-se pelo fortalecimento do poder federal, teremos o *federalismo centrípeto*, que como *George Scelle* chamou de federalismo por *agregação* ou *associação*; se, ao contrário, a concepção fixar-se na preservação do poder estadual emergirá o *federalismo centrífugo* ou por *segregação*, consoante a terminologia do internacionalista francês. Pode ainda o constituinte federal modelar sua concepção federal pelo *equilíbrio* entre as forças contraditórias da unidade e da diversidade, do localismo e do centralismo, concebendo o federalismo de *cooperação*, o federalismo de *equilíbrio* entre a União soberana e os Estados-membros autônomos. (HORTA, 2010, p. 306-307)

Constatamos que a palavra federação pode designar realidades distintas requerendo uma precisa teorização para cada situação.

O **segundo ponto** a ser desenvolvido é que todo conceito não se restringe ao elemento linguístico, Fato (*Factor*), possui conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística, Indicador (*Indikator*). Admitir a exclusividade da perspectiva linguística limitaria o labor do historiador à área da hermenêutica.

Luiz Alberto Warat (1984, p. 65) aduz que os termos possuem dois níveis de significação: o significado de base e o significado contextual. O significado de base é aquele que se encontra no vínculo denotativo com a abstração do prisma contextual. O segundo é o que resulta dos processos de comunicação social.

Warat e Koselleck propugnam por uma análise que conjugue o elemento linguístico e o elemento contextual. Warat assevera que o sentido será obtido tanto pelo **dito** quanto pelo **calado**.

O **terceiro ponto** refere-se ao procedimento metodológico de seleção (*Ausgrenzung*) daquilo que diz respeito a um conceito afastando daquilo que não deve ser associado ao conceito. Nesse momento, não se está fazendo a eleição dos conceitos que se vislumbram relevantes, mas dos sentidos que vamos admitir em relação aos vocábulos escolhidos conforme explicitado no primeiro ponto.

A seleção pode ser feita pelo estudo do contexto no qual se examinará o conceito inserido no texto e o no seu contexto. Necessário um exame de outros textos correlatos encontradiços em livros, artigos da internet, jornais, cartas etc. O conceito está imbricado num emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos.

A outra forma de seleção é a análise do conjunto da língua, do idioma. Na esteira do trabalho que Diderot realizou em relação à Enciclopédia no qual os conceitos foram

formulados valendo-se do universo de possibilidades da língua francesa, Koselleck propõe que os conceitos sejam examinados a partir do conjunto da língua. Cada idioma tem sua história e está associado a um nível de desenvolvimento da produção intelectual, muitas vezes com ênfase em determinado saber, basta lembrar a célebre afirmação de Heidegger de que só é possível filosofar em grego e em alemão. Nesse diapasão, o estudo dos conceitos para buscar suas significações será pautado pelas possibilidades do idioma utilizado.

Destarte, a seleção dos sentidos adequados para os conceitos poderá ser feita com base contextual, cotejando textos correlatos ou será expandida para todas as possibilidades do idioma. A par desses dois procedimentos existem formas intermediárias. O objeto é o mesmo, o conceito, altera-se apenas a perspectiva tal qual o fotógrafo ajusta sua máquina para a distância do objeto a ser fotografado.

O **quarto ponto** é que todo conceito só pode ser, enquanto tal, pensado e falado/expressado uma vez. Noutras palavras, a formulação teórica e abstrata de um conceito relaciona-se com uma situação concreta que é única. Essa constatação, amplamente aceita pelos historiadores do século XX, deu ensejo a severas críticas à história dos conceitos vez que seria incompatível com o caráter único do uso da língua que inviabilizaria a possibilidade de formulação de uma história enquanto diacronia.

Tomemos o conceito de cidadania para melhor visualizar a questão. A expressão cidadania surge na Grécia associada à participação política, participação nas decisões e na gestão da *polis* (Cidade/Estado). Inicialmente a participação era restrita a algumas classes sociais, vigorava a aristocracia. José Alfredo de Oliveira Barracho (1994, p. 01) afirma que cidadão era o que morava na cidade e participava de seus negócios. Adstrita à territorialidade, foi aos poucos alcançando estrangeiros e abrangendo um maior contingente, mormente em Atenas com o advento da democracia. Neyde Theml apresenta o quadro político ateniense com ênfase na figura do cidadão, senão vejamos:

Cada cidadão (*polités/eleutheroí*), na sua atividade pública, representava as mulheres de sua família, seus filhos, seus escravos, os metecoí, os órfãos, as viúvas e os velhos. Mulheres, crianças, velhos, escravos e metecos não eram compreendidos como um conjunto em si mesmo, distinto e exterior à *pólis*. Eles eram bem heterogêneos e desigualmente integrados, mas eles eram indissociáveis do sistema *políade*. O direito de cidadania em Atenas advinha do fato de ser homem, livre, nascido em Atenas, ser filho de pai ou mãe ateniense, ser reconhecido pela *phatria* de seu pai, inscrito nos registros cívicos (*dêmos*) e cumprir com as obrigações militares. Assim sendo, a *pólis*

era o conjunto dos cidadãos (politaí), que não se confundiam com a população do território cívico (THEML, 1988, p.38-39).

Mesmo sob a égide da democracia, em Atenas a participação política não alcançava um largo contingente de pessoas que não eram cidadãos. Na idade Média Ocidental a política e a correlata cidadania e tais questões, segundo Hannah Arendt (1995, p. 43), perdem espaço para o plano religioso. Retomada com o Iluminismo a cidadania tem hoje uma acepção que pressupõe uma igualdade política e mais que o direito de participação política representa direito a prestações estatais assim como a assunção de deveres. Lamenta-se registrar que a igualdade política representada pela cidadania não tem logrado abrandar a desigualdade econômica que remanesce e serve de entrave para um melhor exercício da formal paridade política.

Não obstante tenhamos observado apenas o vocábulo cidadania e tenhamos ultrapassado séculos, salta aos olhos que da mesma palavra foi forjado um novo conceito a partir de uma nova situação histórica. A questão torna-se mais compreensível se nos valermos de duas partes da semiótica, quais sejam: a pragmática e a semântica. O viés pragmático que segundo Luis Alberto Warat (1984, p. 45) se refere à relação do signo com os seus usuários, aponta para o caráter único da utilização da língua, no contexto histórico irrepitível. Todavia, no que concerne ao prisma semântico, no qual se vislumbra o significado do signo, do conceito há uma repetição que viabiliza a comunicação com base num sentido preestabelecido. Destarte, a partir de uma semântica conhecida é que o uso pragmático vai alterando paulatinamente o conteúdo dos conceitos sem modificar os vocábulos. A semântica de caráter diacrônico permite que a pragmática de caráter sincrônico torne possível uma história dos conceitos.

O **quinto ponto** objetiva estabelecer quais bases materiais possibilitam que o velho estoque de palavras possa dar ensejo a ressignificações com sua força diacrônica. Para que se possa elaborar um Dicionário de conceitos deve se buscar nas fontes identificar que estruturas temporais os textos comportam para discernir quais estruturas podem ser semanticamente repetitivas e quais terão uso único.

O primeiro grupo de fontes denominadas primárias são as que se utilizam no cotidiano e que, em regra, são únicas. Um registro de um fato político específico, uma narrativa de um acidente doméstico, um requerimento e uma petição apresentam palavras de uso único que não tem aplicação prospectiva.

O segundo grupo de fontes que são designadas pelo gênero *zeit* são as que de forma clara comportam a relação entre repetição e unicidade/singularidade, qual seja: os dicionários. Os dicionários apresentam os conceitos em sua polissemia e nas acepções admitidas em cada país e em cada idioma. O cotejo entre vários dicionários e enciclopédias em diferentes línguas, inclusive com recurso à internet, permite que se identifique o conjunto central de uma semântica a ser preservada e repassada assim como novas significações que os conceitos adquirem de forma paralela.

O terceiro grupo de fontes é formado pelos textos que remanescem inalterados ao longo do tempo como o texto bíblico, a obra de Kant, os textos poéticos.

O **sexto ponto** que é o cerne da história dos conceitos ressalta que a semântica comporta estruturas de repetição e, ao mesmo tempo, de acordo com o gênero e o tipo do texto, impede ou proíbe diferentes formas de repetição. Mister que se empreenda uma separação analítica entre cada afirmação linguística (conceito) e o a história concreta correlata.

Em seguida, o escrutínio das fontes textuais perquirirá o que elas revelam da história concreta e que qualidades possuem de coproduzirem história enquanto texto. Um elucidativo exemplo traz os textos de Marx que são canonizados pelos partidos que dominaram os países que adotaram o comunismo. Malgrado não serem alterados, os textos de Marx foram utilizados para alterar os fatos quando se buscou acomodar a realidade à linguagem pelos textos veiculada. Essas linguagens que se pretendiam omnicompreensivas não deram conta de explicar o fascismo se não como estágio mais avançado do capitalismo. O problema verificado com o marxismo está presente também noutras metanarrativas que têm a pretensão de abrangerem todas as experiências da vida.

2.1.2. Espaço de experiência e horizonte de expectativas

Após vislumbrarmos diversos aspectos da história dos conceitos, mormente, as significações e ressignificações dos conceitos na história e na historiografia, passamos ao que reputamos ainda mais relevante para a nossa abordagem, qual seja, o estudo que Koselleck empreendeu sobre o tempo e as instâncias de temporalidade. Esse percurso foi assim descrito:

Ela começou como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional; em seguida essa especialização pretendeu uma crítica à história das ideias,

compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capaz de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial. Ambos os impulsos conduziram a uma delimitação metodológica mais precisa, pois, ao longo da investigação de um conceito, tornou-se possível investigar também o **espaço da experiência** e o **horizonte de expectativa** associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito. Em uma palavra, a precisão metodológica da história dos conceitos foi uma decorrência direta da possibilidade de tratar conjuntamente espaço e tempo, com a perspectiva sincrônica de análise (KOSELLECK, 2016, p. 104).

As categorias históricas espaço de experiência e horizonte de expectativas, apresentadas por Koselleck, são também adotadas por Paul Ricoeur e François Ost (2007) e são fundamentais para entender o tempo histórico/ tempo social.

Ricoeur (2016, p. 354) assevera que a palavra alemã *Erfahrung* tem uma amplitude abrangente que abarca a experiência privada e a experiência transmitida pelas gerações anteriores ou instituições atuais, um saber adquirido que se transformou em *habitus*. A experiência é um passado atual ou na expressão de Agostinho de Hipona, o passado presentificado.

Utiliza-se a expressão espaço para a experiência porque aglomera um enorme conjunto de coisas conhecidas nos quais muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes sem que haja referência a um antes ou depois. O espaço permite múltiplos percursos em todas as direções.

José D'assunção Barros (2016, p. 48) sugere o espaço de experiência com a figura de um semicírculo para ressaltar que o passado incognoscível representa uma infinita região do passado que está fora do semicírculo, por não ter deixado vestígios, nem fontes para os historiadores. Tudo que está no espaço de experiência se projeta no presente de alguma maneira e pode ser vislumbrado pelos historiadores.

Expectativa é o futuro transformado em presente (*vergegenwärtigte Zukunft*), voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. O temor, a esperança, o desejo, o projeto, a preocupação, a curiosidade e o cálculo racional fazem parte da expectativa. A metáfora do horizonte reflete uma linha por trás da qual se apresenta um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado e que se afasta de nós à medida que caminhamos em sua direção.

A tensão entre experiência e expectativa que ocorre no presente e de formas diferentes faz surgir o tempo histórico. Não obstante, não são conceitos opostos, são assimétricos. O que distingue a experiência é se fundar em acontecimentos passados que se tornam presentes, ou seja, estar saturada de realidade.

Para que possamos nos valer num estudo científico das categorias espaço de experiência e horizonte de expectativas precisamos ressaltar que as consideramos categorias formais, vez que não veiculam conteúdo da experiência ou do que se espera. Com essa abordagem formal se busca estabelecer as condições das histórias possíveis e não as histórias mesmas. Na dicção de Koselleck (2016, p. 306-308), as categorias “indicam a condição humana universal, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada”.

Para corroborar a universalidade das duas categorias vamos colacionar os três argumentos apresentados por Ricoeur (2016, p. 364-368):

Primeiramente, como categorias meta-históricas com validade antropológica governam todas as maneiras pelas quais, em todos os tempos, os homens pensaram sua existência. São condições de possibilidade tanto da história quanto da historiografia, tanto da história feita quanto da história dita ou escrita.

Um segundo motivo para reputarmos o espaço de experiência e o horizonte de expectativas como autênticos transcendentais a serviço da história é a variabilidade das abordagens que elas autorizam em diferentes épocas. A relação entre as duas categorias é uma relação variável.

O terceiro argumento para respaldar a pretensão de universalidade das duas categorias meta-históricas é a permanente implicação ética e política da relação entre elas. Se não há história sem experiências e expectativas de indivíduos que agem e sofrem, que da interação entre ambas exsurge o tempo histórico, por outro lado, supõe-se que a tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas deve ser preservada para que a história continue existindo.

A crença em novos tempos tem subjacente o encolhimento do espaço da experiência ou o seu completo repúdio como se percebe quando se designa a Idade Média como Idade das Trevas. O distanciamento entre as categorias apresentava um horizonte de expectativas cada vez mais impreciso, nebuloso.

Num momento em que a historiografia ganha o reforço da História Oral com depoimentos gravados e transcritos, com filmes e imagens armazenados, o espaço de experiência ganha com a capacidade de registro. Nesse diapasão, as expectativas também ganham dimensão quando vislumbram a responsabilidade por gerações vindouras.

2.2. Itacuruba e suas especificidades

Situada na microrregião do Sertão de Itaparica - PE, com aproximadamente 5.000 habitantes, Itacuruba foi escolhida pela Eletronuclear para a instalação de usina nuclear no Nordeste. O município foi reconstruído pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para abrigar a população desalojada da antiga Itacuruba que foi inundada para a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica. O projeto de desenvolvimento apresentado para a população foi intitulado “mudar para melhor”. A promessa não foi cumprida e dentre as consequências danosas registradas pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) estão a maior taxa de suicídio no Brasil e 63% da população com sofrimento mental. Outro fato marcante foi o deslocamento dos habitantes ligados à produção agrícola para projetos de irrigação distantes ou foram reassentados no novo município sem área para plantar (SILVA, 2020, p.1-3).

O céu límpido tornou a cidade adequada para figurar no mapa astronômico mundial e nele se situa o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (Oasi). A cidade é desprovida de linhas de ônibus e a rodovia federal mais próxima está a 12 km do centro urbano fato que dificulta sobretudo a mobilidade dos seus habitantes.

Na nova Itacuruba três grupos se reconhecem como quilombolas: Negros de Gilu, Ingazeira e Poço dos Cavalos e três grupos se reconhecem como indígenas: Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú. Jorge Pankará assim retrata a população de Itacuruba: “existem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, toda a população ali em torno de onde quer ser feita a usina nuclear” (SILVA E FIALHO, 2020, P. 207).

Município de Itacuruba no Sertão de Itaparica -Pernambuco.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2019).

2.3. O projeto nuclear em Itacuruba

A questão nuclear em Pernambuco remonta à década 80 do Século XX. Em 1987 aconteceu um grande acidente radiológico em Goiânia com césio-137 e o governo federal pretendeu depositar o lixo atômico no município de Floresta, vizinho à Itacuruba, conforme registro do Diário Oficial do Estado do dia 25 de novembro (p. 04). A mobilização sociopolítica bem articulada redundou na estipulação consubstanciada no art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco que veda a instalação de usinas nucleares em Pernambuco enquanto não se esgotar a capacidade de produção de energia hidrelétrica ou de outras fontes.

Whodson Silva e Vânia Fialho (2020, p. 201) noticiam que em 2006 volta ao debate o Plano Nuclear Brasileiro no qual é projetada a Central Nuclear do Nordeste. Mencionam, outrossim, matéria do Blog de Jamildo veiculada em 11 de fevereiro de 2011 com o seguinte título: “ Eletronuclear escolhe cidade de Itacuruba como opção para uma usina atômica no Nordeste”.

Em janeiro de 2019 assume o Ministério das Minas e Energia o Almirante de Esquadra Bento de Albuquerque e por meio de nota oficial anuncia o plano de retomada das obras de Angra 3 e de construção de quatro a oito novas usinas nucleares no Brasil.

Em setembro de 2019 é apresentada a Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Pernambuco (PEC 9/2019) com o propósito de permitir a instalação de usinas nucleares em

Pernambuco numa investida política para se retirar o óbice jurídico que a Constituição Estadual apresenta.

Em junho de 2021, o Procurador-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6897) postulando a declaração da inconstitucionalidade do art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco com o mesmo objetivo da PEC 9/2019, qual seja, possibilitar a instalação de usina nuclear no território pernambucano. Em julho de 2021, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6933) com o mesmo objetivo.

O Supremo Tribunal Federal julgou em 04 de novembro as ADIs movidas pelo Procurador-Geral da República e pelo PTB e declarou a inconstitucionalidade da norma pernambucana e afastou o entrave jurídico que perdurou quase 32 anos.

2.4. O embate envolvendo a instalação de usina nuclear em Itacuruba

2.4.1. O retrocesso do regime democrático brasileiro

O protagonista do projeto de instalação de usina nuclear em Itacuruba é o governo federal brasileiro. No momento em que foi elaborado esse trabalho, o país convivia com constantes ameaças ao regime democrático brasileiro perpetradas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e pelo seu Ministro da Defesa o General reformado Braga Netto sem que esses arreganhos fossem veementemente repelidos pelas autoridades que dirigiam as demais instituições. No dia 08 de julho de 2021 quase que simultaneamente os dois asseveraram que só haveria eleições em 2022 se fosse aprovada no Congresso Nacional uma emenda constitucional que instituísse o voto impresso. A ameaça presidencial foi pública enquanto a efetivada pelo Ministro da Defesa - que paradoxalmente trabalhou no ataque às instituições democráticas – foi reservadamente dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados como noticiou reportagem do jornal Estado de São Paulo do dia 22 de julho de 2021.

A possibilidade de morte da democracia brasileira foi apresentada pela jornalista Miriam Leitão em artigo publicado no jornal O Globo do dia 25 de julho de 2021 cujo trecho transcrevemos:

A democracia está sendo agredida. O agressor é o presidente da República. Ele tem ajudantes militares e civis. O maior risco é não ver o perigo, porque, como nos casos de violência contra a mulher, o fim pode ser a morte.

No Jornal Folha de São Paulo do dia 25 de julho de 2021, Carol Pires também se referiu ao pendor antidemocrático do então titular do Poder Executivo federal, senão vejamos:

Já em 2018, Bolsonaro disse que não aceitaria o resultado da eleição se não fosse o vencedor. Repete o mesmo sobre 2022. Na última quinta-feira desafiou: “Se [as urnas] são [confiáveis] dá um tapa na minha cara”. Segundo Bolsonaro, sua única intenção é sanar a desconfiança no sistema eleitoral que – desconfiança que ele próprio plantou. [...]

Infelizmente, mesmo sem provas ou nexos, essa desinformação ecoa na sociedade e corrói a confiança na democracia. Em 2018, 30% dos policiais declararam a um levantamento do Instituto Ideia confiar muito no sistema eleitoral. Em 2021, apenas 15% responderam o mesmo.

Em texto produzido em 2007, José Álvaro Moisés (MOISES, 2007, Pp. 35 e36) constatou a sobrevivência de traços autoritários na nossa cultura política conjugada com problemas de funcionamento das instituições democráticas que repercutindo na qualidade do nosso regime democrático que influem nas experiências dos indivíduos e em suas orientações políticas que podem até envolver o retorno de militares ou o apoio a lideranças carismáticas que governem à margem da lei e das normas democráticas.

O vaticínio de José Álvaro Moisés se concretizou em 2018 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro e o Brasil viveu no período de 2019 a 2022 um momento dramático para a democracia em que o presidente afrontou o Estado Democrático de Direito sem risco de *impeachment* pela prática reiterada de crimes de responsabilidade porque gozava do irrestrito apoio do grupo político denominado Centrão e tampouco sem ter sido incomodado pelo Procurador-Geral da República a quem caberia apontar o cometimento de crimes comuns como os recorrentes ataques à saúde pública efetivados em plena pandemia.

A postura antidemocrática teve correspondência no desrespeito aos indígenas, aos negros e ao meio ambiente, fato que pode ser constatado na manchete do jornal El País do dia 02 de janeiro de 2019:

Bolsonaro enfraquece Funai e joga sombra sobre futuro socioambiental do país

Presidente transferiu para ministério comandado por ex-deputada ruralista a tarefa de demarcar novas terras indígenas

Não se podia esperar que uma Administração que se mostrou avessa ao diálogo fosse consultar a população indígena ou quilombola ou fizesse uma avaliação vislumbrando questões ambientais, esse descaso representou afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana pedra de toque da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, a mera previsão legal ou constitucional, nem mesmo o discurso político têm o condão de dar efetividade à dignidade da pessoa humana. Exemplo elucidativo são as palavras do ditador argentino Jorge Rafael Videla que foram consignadas por Gherardo Colombo, senão vejamos: “para nós, o respeito aos direitos humanos não nasce somente do mandamento da lei ou das declarações internacionais, mas é resultante da nossa cristã e profunda convicção de que a dignidade do homem representa um valor fundamental” (COLOMBO, 2008, p.26). Nada mais incongruente que um dirigente, que foi responsável por milhares de assassinatos, apresentar-se como prosélito da dignidade da pessoa humana.

Com o malogro de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2022, o Brasil anseia por uma RESTAURAÇÃO DA DEMOCRACIA tão vilipendiada ao longo dos últimos 4 anos. O novo presidente terá uma árdua missão, porque as agressões ao Estado Democrático de Direito foram muito grandes e em múltiplas áreas.

2.4.2. A disputa jurídica

A discussão sobre a instalação de usinas nucleares no Brasil foi presente na Assembleia Nacional Constituinte que redundou na previsão constitucional da competência legislativa da União e a exploração realizada por meio de monopólio da União. Posteriormente, os estados e o Distrito Federal legislaram sobre a matéria em suas constituições e por meio de leis ordinárias.

O art. 216 da Constituição de Pernambuco estabelece que só será admitida a instalação de usina nuclear em território pernambucano após o exaurimento do potencial hidrelétrico e de outras fontes.

O Procurador-Geral da República e o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) ajuizaram as ADIs 6897/2021 e 6933/2021, respectivamente, com o objetivo de afastar o obstáculo jurídico que a constituição estadual representa para que se possa dar seguimento ao projeto

federal de instalação de usina nuclear em Itacuruba. Cumpriu à Assembleia Legislativa de Pernambuco defender a norma da constituição estadual junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em decisões publicadas em 17 de novembro de 2021 foi declarada a inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição de Pernambuco restando superada a barreira jurídica à concretização do projeto nuclear em Itacuruba, remanesce a batalha política.

O §6º do art.225 da Constituição Federal estabelece que lei federal definirá a localização de usinas que operem com reator nuclear, por conseguinte, enquanto não for editada essa lei, não poderá ser construída usina nuclear.

2.4.3. A disputa sociopolítica

Maria da Glória Gohn escreveu em 2012 um artigo sobre os desafios dos movimentos sociais no Brasil vislumbrando um momento em que o país havia retomado uma prática democrática, traça o seguinte quadro:

Neste novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política. Desenvolve-se, então, o chamado espaço público não estatal expresso nos conselhos, fóruns, redes de articulação etc. A importância da participação da sociedade civil, neste novo contexto, se faz para democratizar a gestão da coisa pública. Abrem espaços para inverter as prioridades das administrações, no sentido de que políticas atendam não apenas as questões emergenciais de forma superficial e com uma ótica economicista, baseada na lógica do custo-benefício, mas que atendam as questões sociais como prioridade maior. Foram emergindo novíssimos atores sociais nas políticas de parcerias, na execução de projetos sociais. (GOHN, 2013, P. 303)

Passados mais dez anos da elaboração de texto de Gohn, o país atravessou um momento em que as políticas sociais foram desmanteladas, as instituições foram seriamente comprometidas com interferências inequívocas e as minorias foram espezinhadas e o meio ambiente foi deliberadamente atacado. Nesse angustiante cenário é que os movimentos sociais precisaram se adequar para agregar às suas demandas particulares uma postulação de afirmação do Estado Democrático de Direito.

A mobilização antinuclear atual é múltipla, inclui movimentos sociais dos povos indígenas e quilombolas, entidades, pesquisadores, deputados estaduais e deputados federais de Pernambuco, além do Senador Humberto Costa, todos no momento sob a coordenação da

CNBB Regional Nordeste 2 por meio da sua Comissão Regional para Ação Sociotransformadora.

Valendo-se de mobilizações na esfera pública, através de uma articulação que envolve movimentos sociais locais, fóruns e redes com divulgação através das mídias tradicionais e redes sociais da internet.

No ano de 2023, houve uma grande alteração na conjuntura política decorrente da posse do novo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A nova postura governamental é antípoda em relação à conduta do governo anterior que desconsiderava ou desdenhava dos povos indígenas e quilombolas. Exemplo emblemático é a operação de guerra contra a fome extrema do povo yanomami como forma de os danos causados pelo garimpo irregular que foram ignorados pelo governo anterior. Acrescente-se a criação do Ministério dos Povos Indígenas sob a direção da Ministra Sônia Guajajara.

Ainda não houve pronunciamento do novo governo federal sobre o projeto nuclear em Itacuruba, mas se sabe que há um respeito aos povos indígenas e quilombolas e há uma consciência ambiental, vez que, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima está capitaneado pela Ministra Marina Silva, defensora ardorosa da preservação e da restauração ambiental.

2.5. As categorias meta-históricas e os conceitos aplicados à população do município de Itacuruba

Sob o crisol das categorias meta-históricas procuramos conceitos, vocábulos de densidade semântica, para traduzir os sentimentos que afloram na população de Itacuruba quando se volta para o passado com ênfase na construção da Usina de Itaparica com a inundação da Velha Itacuruba e a mudança para a Nova Itacuruba, **espaço de experiência** e; os sentimentos que brotam na população quando se apresenta a iminente instalação de usina nuclear em seu território.

Os dois conceitos (termos) escolhidos para o espaço de experiência foram os que consideramos mais relevantes, mas poderíamos acrescentar outros como o vocábulo “frustração”.

Os dois conceitos que relacionamos ao horizonte de expectativa ainda remetem ao período em que realizamos os estudos e que antecedeu à derrocada de Jair Bolsonaro. Talvez, diante do novo governo federal surja o conceito “esperança” e o “medo” e a “luta” sejam atenuados.

Não obstante a mudança do quadro político seja alentadora não há uma mudança automática do espaço de experiência e do horizonte de expectativa, mormente porque a população de Itacuruba está indelevelmente marcada pelas perdas decorrentes da construção da Usina de Itaparica.

2.5.1. O espaço de experiência

A mera menção à palavra “usina” inquieta a população de Itacuruba que foi marcada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica que demandou a inundação da antiga Itacuruba com a edificação de uma nova cidade em outra área muito diferente da anterior. Esquadrinhando a tese de doutorado em Antropologia pela UFPE de Maria do Socorro Fonseca Vieira Figueiredo, encontramos testemunhos de moradores que apontam para “conceitos” que traduzem o sentimento da população em relação ao episódio anterior que culminou com o desalojamento da população para a concretização do projeto da usina hidrelétrica.

a) Traição

A população de Itacuruba foi sorrateiramente sendo preparada para a inundação da cidade, ora pensando que não ocorreria, ora acreditando que seria benéfica para o povo. Observemos alguns depoimentos:

Pelo que eu lembro, a CHESF tinha uma assistente social muito linda, muito simpática, daquele tipo de pessoa que quando chegava nas comunidades conquistava as pessoas. Ela já fazia parte de muitas famílias, como se fosse alguém da família. Ela aprendeu até danças culturais da cidade que eu nunca aprendi. E sempre colocava assim: que a barragem viria. No entanto, a população que já tinha ela como da comunidade não pensava mesmo que fosse vir aqui [a barragem], ela não ia querer nada de ruim para a comunidade (Rita Dante). (FIGUEIREDO, 2011, p. 76).

As assistentes sociais e técnicos da CHESF fizeram a cabeça e muitos, dizendo que iam encontrar um paraíso. (Reassentados de Itaparica) (FIGUEIREDO, 2011, p. 77).

É sobremodo difícil acreditar numa nova usina quando a experiência demonstrou que as promessas anteriores foram enganosas e a população se sentiu traída.

b) Exílio

A saída compulsória da sua terra pode ser expressa pela palavra exílio que no caso de Itacuruba teve como agravante o caráter definitivo, irrevogável, irreversível. Maria Figueiredo assim traduz o acontecimento:

Como uma catástrofe programada e executada que interrompe a um só tempo o ritmo da vida do grande rio e das populações à sua margem, que seguiam o mesmo curso há tempo suficiente para acreditar que seria eterno: um rio forte, generoso, de águas duras é, aparentemente, amansado, torna-se lago que cobre terras férteis; ao povo resta unicamente o **exílio** (FIGUEIREDO, 2011, p. 112).

O exílio ainda gerou uma desagregação das famílias, Antônia Maria dos Santos falou: “Lá [Itacuruba velha] morava a família todinha num lugar só. Com a barragem todo mundo se separou; uns foram para Remanso, outros para outros cantos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 113).

2.5.2. O horizonte de expectativa

O olhar para o futuro da população de Itacuruba traz uma miríade de sentimentos que decorrem dos sofrimentos que lhe foram impingidos e do receio que outros se concretizem talvez numa proporção ainda mais dramática, uma usina nuclear pode ser muito mais nociva para a região que uma usina hidrelétrica por uma diversidade de fatores.

a) Medo

As duas etnias que existem na região ainda não conseguiram a demarcação das suas terras e sofrem com as ameaças. Vejamos as palavras de Evani Tuxá, dos Tuxá de Campos:

Pelo Rio São Francisco aparecem barcos dizendo que estão fazendo pesquisas. E também aparecem carros desconhecidos. Eles tentam fazer as coisas sem a gente ter conhecimento. Nosso principal **medo** com essa usina é o impacto que a radiação pode causar. Temos **medo** de perder o rio e nossas origens. Estamos aqui desde os nossos tataravôs. (SANTOS, 2019).

b) Luta

Uma grande lição que pode ser extraída da disputa sócio-política decorre da postura dos povos tradicionais que pode ser vislumbrada nas palavras da Cacica Lucélia Pankará, do povo indígena Pankará da aldeia de Serrote dos Campos, situada em Itacuruba:

Nós, Pankará do Serrote dos Campos, somos contra a Usina Nuclear. É uma **luta** que viemos travando desde 2011, de dizer que somos contra, que não aceitamos a instalação de uma Central Nuclear em Itacuruba, pois a usina nuclear sendo instalada em Itacuruba irá impactar diretamente os territórios Pankará e de outras comunidades de Itacuruba. O homem branco, o capitalista, não compreende a importância que o Rio São Francisco e o território sagrado têm para nós povos indígenas, para o meu povo Pankará de Serrote dos Campos. Nós compreendemos que hoje, debaixo daquelas águas, está nossa história, está os nossos ancestrais que foram cobertos por aquelas águas do Rio São Francisco depois de [construírem a barragem de] Itaparica. Então nós vamos continuar nessa **luta**, firme e forte dizendo que somos contra a instalação da Central Nuclear em Itacuruba! E dizendo sim à vida, a tudo o que é ser vivo que compõe a nossa caatinga, em especial no nosso sagrado, e ao nosso Opará, o nosso Rio-mar, local de morada dos nossos encantados. (Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, 2019)

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O e-book pode se valer de um grande manancial de fotos, que num mundo cada vez mais visual, contribui para despertar mais interesse nos jovens do ensino médio e do universitário. O produto ficará disponível no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, assim o povo pernambucano terá acesso prioritário.

O livro digital também poderá adquirir o formato físico para fins de distribuição para as bibliotecas das escolas públicas estaduais conforme seja determinado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O livro digital (e-book) com o título A QUESTÃO DA USINA NUCLEAR EM ITACURUBA abordará aspectos da história recente do município de Itacuruba, a questão ambiental e atuação conjunta de indígenas e quilombolas com a Igreja Católica e a comunidade científica.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

O formato eletrônico permite um amplo acesso e a atualização de forma mais célere. Para exemplificar, a recente eleição presidencial e a posse do novo governo federal pode

alterar a condução do projeto nuclear brasileiro. Nos primeiros meses do ano de 2023 já houve uma exponencial mudança no tratamento governamental aos povos indígenas.

Uma inovação que será utilizada será o código de barras que propiciará acesso a outros documentos e vídeos relacionados ao tema e ao livro. Teremos um link para a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal que versou sobre a Implantação da Usina Nuclear em Itacuruba com a participação desse pesquisador.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ameaça nuclear à Itacuruba, a Pernambuco e ao Brasil que existiu no final dos anos 1980, foi retomada em 2011 e em 2021 ganhou uma dimensão ainda mais séria, vez que à pressão política se agregaram investidas jurídicas contra a Constituição do Estado de Pernambuco. Por outro lado, a mobilização plural em defesa dos povos indígenas e quilombolas e do meio ambiente reforçou a consciência da necessidade de se buscar restaurar a prática democrática tão aviltada pelo Executivo federal.

Se num estado democrático nem sempre está garantido o respeito às minorias e ao meio ambiente, o governo antidemocrático tende a adotar uma pauta incompatível com essas temáticas.

A ofensa ao regime democrático representa uma violência contra a geração atual e contra as anteriores que lutaram pela democracia. Por outro lado, a agressão ao meio ambiente consubstancia uma violência que alcança as gerações vindouras que a torna ainda mais grave porque direcionada contra quem não pode se defender.

O estudo da questão da usina nuclear em Itacuruba sob o prisma da História dos Conceitos nos fez adentrar nos pensamentos da população para nele vislumbrar conceitos como traição e exílio no espaço de experiência e; medo e luta no horizonte de expectativas.

Podemos extrair do repúdio ao intento nuclear em Itacuruba que a consciência ambiental dos povos tradicionais representa uma grande lição para todos os que atrelam a educação ambiental apenas à educação formal.

Perto da finalização da pesquisa aconteceu a eleição presidencial que aponta para uma guinada com um retorno às práticas democráticas tão desprezadas. As primeiras ações do novo governo federal apontam para uma restauração da prática democrática e um respeito aos povos indígenas e quilombolas. Se ainda haverá instalação de usina nuclear em Itacuruba ou noutra cidade pernambucana, não sabemos, cabe a nós a defesa de um “desenvolvimento sustentável” que além de pensar no ser humano de hoje, resguarde os interesses das futuras gerações.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Arcebispo e parlamentares buscam barrar usina nuclear no Sertão. Publicado em Programa de Pós- Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Amazônia, 2019. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/?p=1756>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

DIOCESE DE FLORESTA (PE) PROMOVE LIVES SOBRE AS AMEAÇAS DA ENERGIA NUCLEAR. Publicado no sítio eletrônico do Conselho Episcopal Regional Nordeste 2. Recife, 2019. Disponível em: https://cnbbne2.org.br/diocese-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=diocese-de-floresta-pe-promove-lives-sobre-as-ameacas-da-energia-nuclear. Acesso em 12 de dezembro 2022.

Itacuruba recebe palestra sobre danos da usina nuclear. Publicado no sítio eletrônico Jornalistas Livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/usina-nuclear-pe/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

Marcha das Águas 2012 – Carta de Itacuruba: O POVO NÃO QUER USINA NUCLEAR!. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/06/marcha-das-aguas-2012-carta-de-itacuruba-o-povo-nao-quer-usina-nuclear/>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

MELO, JAMILDO. **PTB de Coronel Meira vai ao STF para viabilizar usina nuclear em Itacuruba.** Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2021/07/13020287-ptb-de-coronel-meira-vai-ao-stf-para-viabilizar-usina-nuclear-em-itacuruba.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

_____. **Igreja Católica anuncia que governo Paulo Câmara e OAB estarão juntos contra usina nuclear em Itacuruba.** Recife, 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2019/11/28/igreja-catolica-anuncia-que-governo-paulo-camara-e-oab-estarao-juntos-contr-usina-nuclear-em-itacuruba/index.html>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

MOVIMENTO CONTRÁRIO A INSTALAÇÃO DAS USINAS NUCLEARES EM ITACURUBA ENTREGA CARTA AO GOVERNO PERNAMBUCANO. Publicado em Petronotícias. Petrolina, 2019. Disponível em: <https://petronoticias.com.br/movimento-contrario-a-instalacao-das-usinas-nucleares-em-itacuruba-entrega-carta-ao-governo-pernambucano/>. Acesso em 12 de dezembro 2021.

O povo Pankará Serrote dos Campos e as Usinas Nucleares. Publicado no portal do Conselho Indígena Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/04/o-povo-pankara-serrote-dos-campos-e-as-usinas-nucleares/>. Acesso em 11 de dezembro de 2021.

SANTOS, MARIA CAROLINA. **Itacuruba se mobiliza contra usina nuclear no sertão nordestino.** Recife, 2019. Disponível em: <https://marcozero.org/itacuruba-se-mobiliza-contrausina-nuclear-no-sertao-nordestino/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

Sertão de Itaparica: deputados reagem à construção de usina nuclear em Itacuruba. Publicado no Portal da ALEPE. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/06/17/sertao-de-itaparica-deputados-reagem-a-construcao-de-usina-nuclear-em-itacuruba/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

Teresa Leitão registra dez anos de pastoreio do arcebispo de Olinda e Recife. Publicado no Portal da ALEPE. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2019/08/19/teresa-leitao-registra-dez-anos-de-pastoreio-do-arcebispo-de-olinda-e-recife/>. Acesso em 12 de dezembro de 2021.

VALADARES, JOÃO. **Contra usina nuclear, índios buscam até o papa.** Disponível em: https://www.jb.com.br/ciencia_e_tec/ecologia/2019/12/1020601-contrausina-nuclear--indios-buscam-ate-o-papa.html. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

WHITAKER, CHICO. **Usina nuclear em Itacuruba: que venham as Cassandras!** São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/usina-nuclear-em-itacuruba-quem-venham-as-cassandras/>. Acesso em 29 de dezembro de 2022.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania, a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo. Saraiva. 1994, p.1.

BARROS, José D'Assunção. **Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades**. Araucaria.Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades. Año 18, nº 35. Primer semestre de 2016.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização e espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. São Paulo. Ática. 1993.

CASTANHEIRA NEVES, Antonio. **Metodologia jurídica. Problemas fundamentais**. Coimbra, Coimbra Editores, 1993.

COLOMBO, Gherardo. **Sulle Regole**. Milão: Feltrinelli, 2008.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? Tradução: Fernando Coelho e Silvia Maria Fávero Arend. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas – O Caso Itacuruba**. 2011 – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

GOHN, Maria da Glória, **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil**, Revista SER social, v.15, n 33, jul/dez 2013.

HESÍODO. **O trabalho e os dias**. Trad. Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta Editora: 2012.

HORTA, Raul Machado, **Direito Constitucional**. 5.ed. rev e atual. por Juliana Campo Horta. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. 4.Reimp. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2016.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/UFRG, 1996.

MOISES, José Álvaro, **CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E DEMOCRACIA Lições da experiência brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, Nº 66.

OST, François. **O tempo do direito**. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 3 O tempo narrado**. Trad. Cláudia Berliner. 1 ed. 3. tir. São Paulo: Martins Fontes. 2016

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; McNeill, John R. **The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature**. Ambio Vol. 36, No. 8, dezembro 2007. Royal Swedish Academy of Sciences.

SILVA, Whodson, **Sumir do mapa e outros scripts: Táticas de matar e de resistir no confronto de indígenas e quilombolas com a central nuclear em Itacuruba**. Texto premiado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na edição 2020 do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos.

_____. e FIALHO, Vânia, **Povos Tradicionais e a Questão Nuclear: conflitos socioambientais e resistências à central nuclear em Itacuruba**, Revista Antropologías, Ano 24, 31, 2020.

THEML, Neyde. **Público e privado na Grécia do VIII° ao IV° séc. a.C.: O modelo Ateniense**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988, p.3.8-39

WARAT, Luiz Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. versão. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 1984.